

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	86
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.613.694.012
Preferenciais	0
Total	1.613.694.012
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.034.690	2.589.900	2.490.753
1.01	Ativo Circulante	609.450	151.842	180.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	204.245	47.004	15.487
1.01.02	Aplicações Financeiras	167.924	0	49.259
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	167.924	0	49.259
1.01.02.01.03	Aplicação Financeira a Valor justo	167.924	0	49.259
1.01.03	Contas a Receber	127.091	13.239	10.866
1.01.03.01	Clientes	127.091	13.239	10.866
1.01.04	Estoques	72.225	74.634	79.051
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.514	4.145	8.788
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.514	4.145	8.788
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.451	12.820	16.789
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	33.451	12.820	16.789
1.01.08.01.01	Adiantamentos	31.032	12.764	16.683
1.01.08.01.02	Partes relacionadas	2.384	19	70
1.01.08.01.03	Outros Ativos	35	37	36
1.02	Ativo Não Circulante	2.425.240	2.438.058	2.310.513
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	311.628	311.321	204.464
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	1.036	7.240
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	1.036	7.240
1.02.01.04	Contas a Receber	13.086	10.056	9.832
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	13.086	10.056	9.832
1.02.01.07	Tributos Diferidos	277.731	263.716	160.368
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	276.639	262.732	154.332
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	1.092	984	6.036
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	30	30
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	30	30
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.811	36.483	26.994
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	20.811	36.483	26.994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03	Imobilizado	33.019	40.638	49.260
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.019	40.638	49.260
1.02.04	Intangível	2.080.593	2.086.099	2.056.789
1.02.04.01	Intangíveis	2.080.593	2.086.099	2.056.789
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.080.593	2.086.099	2.056.789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.034.690	2.589.900	2.490.753
2.01	Passivo Circulante	399.937	169.324	1.120.642
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.051	37.603	21.269
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.051	37.603	21.269
2.01.02	Fornecedores	86.016	104.123	105.105
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	86.016	104.123	105.105
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	204.747	0	935.423
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	263.703
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	263.703
2.01.04.02	Debêntures	204.747	0	671.720
2.01.05	Outras Obrigações	73.123	27.598	58.845
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	50	0	32.709
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	50	0	32.709
2.01.05.02	Outros	73.073	27.598	26.136
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	2.557
2.01.05.02.04	Impostos taxas e contribuições a pagar	4.317	3.190	1.772
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	9.638	24.408	21.807
2.01.05.02.09	Outras obrigações	1.423	0	0
2.01.05.02.12	Receita Diferida	57.695	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.321.936	1.408.376	232.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.212.725	1.313.123	119.484
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	119.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	119.484
2.02.01.02	Debêntures	1.212.725	1.313.123	0
2.02.02	Outras Obrigações	16.297	21.913	78.061
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	58.447
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	58.447
2.02.02.02	Outros	16.297	21.913	19.614
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	16.110	19.533	17.219

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	414	227
2.02.02.02.05	Receita diferida	0	1.966	2.168
2.02.04	Provisões	92.914	73.340	34.956
2.02.04.02	Outras Provisões	92.914	73.340	34.956
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	71.534	69.194	31.728
2.02.04.02.06	Outros Passivos	3.234	4.146	3.228
2.02.04.02.07	Receita diferida	18.146	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.312.817	1.012.200	1.137.610
2.03.01	Capital Social Realizado	1.458.916	1.458.916	1.344.160
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	23.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	23.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-146.099	-446.716	-229.550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	796.079	487.870	418.561
3.01.01	Receita de serviços	796.079	487.870	418.561
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-526.240	-448.112	-491.487
3.02.01	Custos de serviços	-526.240	-448.112	-491.487
3.03	Resultado Bruto	269.839	39.758	-72.926
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	147.408	-138.916	-186.600
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-149.266	-141.663	-187.336
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	296.674	2.747	736
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	417.247	-99.158	-259.526
3.06	Resultado Financeiro	-130.537	-226.408	-94.135
3.06.01	Receitas Financeiras	74.670	12.083	35.855
3.06.02	Despesas Financeiras	-205.207	-238.491	-129.990
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	286.710	-325.566	-353.661
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.907	108.400	122.101
3.08.01	Corrente	0	0	2.558
3.08.02	Diferido	13.907	108.400	119.543
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	300.617	-217.166	-231.560
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	300.617	-217.166	-231.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	-0,135	-0,16

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	300.617	-217.166	-231.560
4.03	Resultado Abrangente do Período	300.617	-217.166	-231.560

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	522.443	-1.227	7.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	600.596	60.676	-93.431
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	286.710	-325.566	-353.661
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	100.933	80.262	159.685
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	26.871	30.926	944
6.01.01.11	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	189.946	239.292	83.566
6.01.01.13	Provisões diversas	-780	34.956	4.916
6.01.01.15	Receita Diferida	0	0	1.448
6.01.01.17	Outros	-3.084	806	9.671
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.627	-69.138	117.863
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-113.798	-3.403	25.105
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-477	9.695	4.175
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	15.672	-9.489	21.869
6.01.02.04	Estoques	2.409	4.417	-8.026
6.01.02.06	Fornecedores	-15.660	2.808	35.404
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	-1.552	16.334	-12.022
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	900	1.605	-1.948
6.01.02.12	Impostos de renda e contribuição pagos	0	0	-1.225
6.01.02.13	Partes relacionadas	-2.284	-91.105	48.283
6.01.02.14	Receita Diferida	73.875	0	0
6.01.02.15	Obrigações com o Poder concedente	-4.712	0	6.248
6.01.03	Outros	-32.526	7.235	-16.713
6.01.03.01	Adiantamentos	-33.039	6.520	-17.492
6.01.03.20	Outros	513	715	779
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-364.564	-57.011	-96.398
6.02.04	Aquisição de intangível	-114.540	-133.228	-96.578
6.02.05	Aquisição de imobilizado	-2.586	-2.438	-3.241
6.02.06	Aplicação financeira	-247.438	78.655	3.421
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-638	89.755	-58.789

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.01	Aumento de Capital	0	91.756	0
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	23.000
6.03.03	Pagamento de juros	0	-1.073.370	-25.918
6.03.04	Pagamento de empréstimos	0	-48.508	-73.871
6.03.05	Captação de empréstimos	0	1.200.000	18.000
6.03.08	Pagamento de JSCP	0	-2.557	0
6.03.09	Custo de captação	-638	-77.566	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	157.241	31.517	-147.468
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.004	15.487	162.955
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	204.245	47.004	15.487

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.458.916	0	0	-446.716	0	1.012.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.458.916	0	0	-446.716	0	1.012.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	300.617	0	300.617
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	300.617	0	300.617
5.07	Saldos Finais	1.458.916	0	0	-146.099	0	1.312.817

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-229.550	23.000	1.137.610
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-229.550	23.000	1.137.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	114.756	0	0	0	-23.000	91.756
5.04.01	Aumentos de Capital	114.756	0	0	0	-23.000	91.756
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-217.166	0	-217.166
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-217.166	0	-217.166
5.07	Saldos Finais	1.458.916	0	0	-446.716	0	1.012.200

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	2.010	0	0	1.346.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	2.010	0	0	1.346.170
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-2.010	-229.550	0	-231.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-2.010	-229.550	0	-231.560
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	23.000	0	0	0	23.000
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	23.000	0	0	0	23.000
5.07	Saldos Finais	1.344.160	23.000	0	-229.550	0	1.137.610

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.110.552	523.237	442.467
7.01.02	Outras Receitas	1.113.636	524.006	452.138
7.01.02.01	Outras receitas	292.663	18.325	18.533
7.01.02.02	Receita da construção	820.973	505.681	433.605
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-3.084	-769	-9.671
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-327.875	-297.633	-294.716
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-139	-109
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-325.679	-293.783	-294.607
7.02.04	Outros	-2.196	-3.711	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	782.677	225.604	147.751
7.04	Retenções	-100.933	-80.262	-159.685
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-100.933	-80.262	-159.685
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	681.744	145.342	-11.934
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.670	12.083	35.855
7.06.02	Receitas Financeiras	74.670	12.083	35.855
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	756.414	157.425	23.921
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	756.414	157.425	23.921
7.08.01	Pessoal	208.089	186.917	196.166
7.08.01.01	Remuneração Direta	137.275	122.746	122.755
7.08.01.02	Benefícios	57.951	53.991	58.393
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.342	8.798	13.701
7.08.01.04	Outros	1.521	1.382	1.317
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.630	-69.032	-89.652
7.08.02.01	Federais	20.200	-80.647	-97.304
7.08.02.02	Estaduais	4.088	2.256	1.644
7.08.02.03	Municipais	15.342	9.359	6.008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	208.078	256.706	148.967
7.08.03.01	Juros	188.661	211.270	81.663
7.08.03.02	Aluguéis	2.760	1.880	2.756

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	16.657	43.556	64.548
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	300.617	-217.166	-231.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	300.617	-217.166	-231.560



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO

2022

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

dri@metrorio.com.br

<http://ri.metrorio.com.br/>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sumário

A COMPANHIA	3
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA.....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DESTAQUES 2022.....	6
RESULTADOS	7
CONTEXTO ECONÔMICO.....	7
RESULTADOS OPERACIONAIS.....	8
RESULTADOS FINANCEIROS	9
ENDIVIDAMENTO	12
INVESTIMENTOS.....	12
ESG.....	13
GOVERNANÇA	13
SOCIAL	14
MEIO AMBIENTE.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
PERSPECTIVAS E PLANOS	17
AUDITORES INDEPENDENTES	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
ANEXOS.....	20

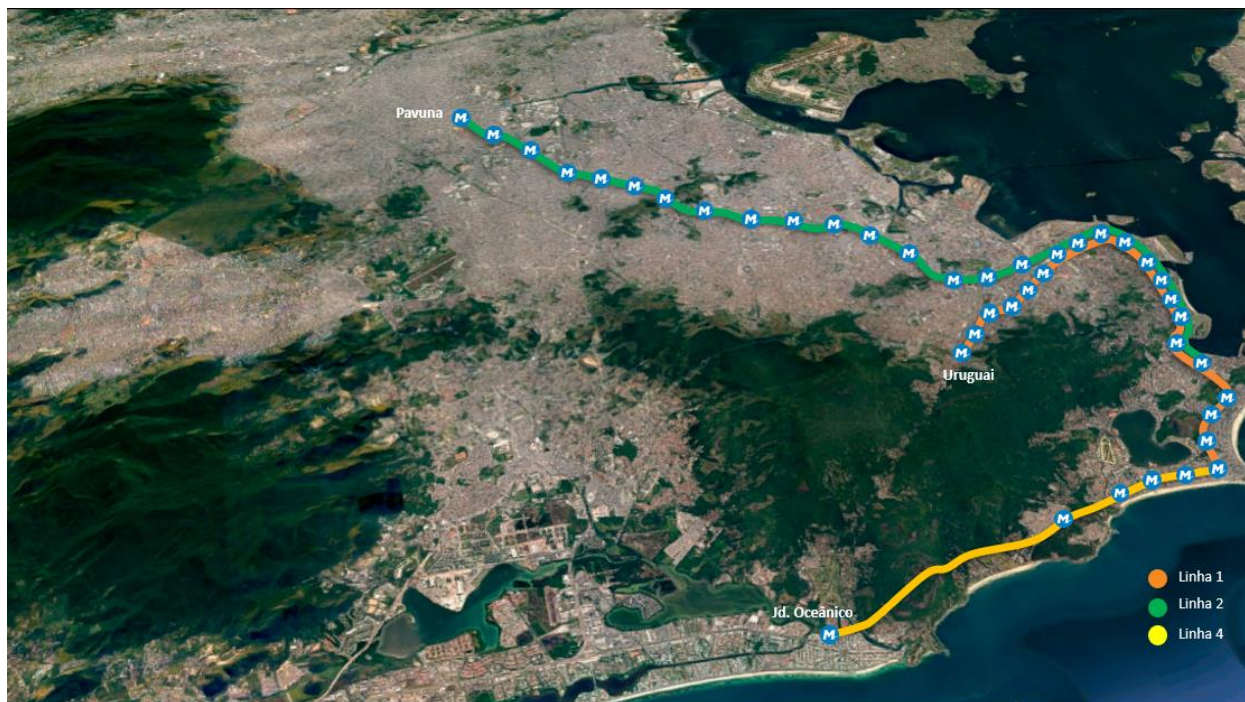
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A COMPANHIA

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Maior sistema metroviário sob gestão privada do país, o MetrôRio atravessa a cidade do Rio de Janeiro, ligando a Zona Norte à Barra da Tijuca, em 41 estações e 3 linhas. Inaugurado em março de 1979, foi o primeiro sistema metroviário concedido do Brasil, em 1998. Atualmente, o MetrôRio é o maior sistema metroviário sob gestão privada do país e o segundo maior em extensão de rede e quantidade de passageiros.

Em novembro de 2021, a companhia passou a ser controlada pela HMOBI Participações S.A.



Garantir que o cliente tenha a melhor experiência ao utilizar o sistema é prioridade para o MetrôRio. Além de serem 100% acessíveis, as estações contam com mais de 2.000 câmeras monitoradas em tempo real pelo Centro de Controle Operacional. Projetos de modernização dos canais de venda dão aos clientes opções inovadoras de acesso, como pagamento online, por meio de site e aplicativo, e por aproximação de cartão de crédito ou *wearables* diretamente nos torniquetes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros clientes, acionistas, parceiros e demais stakeholders, é com satisfação que apresento o relatório anual da administração do MetrôRio. Após anos extremamente desafiadores, 2022 marcou a retomada

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da companhia, com resultados acima das expectativas. As dificuldades geradas pela pandemia nos levaram a buscar oportunidades em eficiência e otimização de custos, com foco em inovação e produtividade, melhorias em processos e do trabalho incansável de uma equipe engajada, unida e muito preparada.

Dessa forma, conseguimos aumentar as nossas receitas, a partir da recuperação da demanda de passageiros e do reajuste tarifário, com custos e endividamento sob controle, e mantendo o excelente nível de desempenho e segurança operacional. .

Encerramos o ano com crescimento de 39,8% no volume de passageiros transportados, em comparação com 2021, com a volta dos grandes eventos à cidade, como o carnaval, Réveillon em Copacabana, o Rock in Rio e uma série de shows e eventos esportivos. O alto nível do serviço prestado à população durante todo o ano se refletiu no cumprimento de todos os indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão e na avaliação de nossos clientes, que nos deram nota de 8,7 na pesquisa de satisfação realizada em setembro (melhor resultado desde 2006). Esse reconhecimento de nossos clientes comprova que conseguimos cumprir nosso compromisso de oferecer uma operação segura e confiável durante todo o ano, consolidando os avanços de produtividade obtidos nos últimos anos.

Os investimentos realizados em digitalização dos meios de pagamento pela companhia desde 2018, com o lançamento da recarga de cartões via web, se mostraram indispensáveis durante a pandemia e foram amplamente adotados pela população. Em 2021, a participação dos meios digitais de pagamento nas vendas de bilhetes do MetrôRio passou de 4% em janeiro para 16% no final do ano. Em dezembro de 2022, esta participação já havia dobrado, chegando a 32%, mostrando que o investimento em digitalização foi ao encontro das expectativas dos nossos clientes.

No campo regulatório, tivemos avanços importantes com a celebração de dois termos aditivos ao contrato de concessão do MetrôRio, o oitavo e o nono. A assinatura desses termos aditivos foi fundamental para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, permitindo a recuperação de parte das perdas ocorridas durante a pandemia e contribuindo para a criação de um ambiente regulatório mais sólido e previsível nos próximos anos. O oitavo termo aditivo disciplinou o recebimento do ressarcimento emergencial aprovado pela AGETRANSP no valor total de R\$327,7 milhões, fundamental para recuperar parte dos prejuízos suportados pela Companhia durante a pandemia. O nono termo aditivo tratou do recebimento de R\$ 109,5 milhões em créditos regulatórios, a serem convertidos em investimentos no sistema.

O principal pilar a sustentar nossos resultados é a nossa gente. Para consolidar nossa cultura junto a nossos colaboradores, lançamos a campanha #TMJ (Todo Metrô Junto), disseminando internamente os valores e as melhores práticas da companhia, como um guarda-chuva temático para as iniciativas de desenvolvimento, comunicação e engajamento.

Tenho também bastante satisfação em compartilhar nossos avanços nos temas ligados à nossa agenda ESG, detalhados em nosso relatório de sustentabilidade. No campo Social, destaco nosso compromisso

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com a pauta da Diversidade & Inclusão, com o desenvolvimento de uma série de iniciativas do Programa de Diversidade, criado em 2017. Com base nos temas de equidade de gênero, raça, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência, realizamos diversas campanhas de conscientização e programas para desenvolvimento profissional (como o Programa de Mentoria para Negras e Negros) e inclusão (Programa Jovens Mulheres Aprendizes). Junto a nossos clientes, estamos presentes em datas relevantes na luta contra o preconceito, como o Dia da Consciência Negra, o Dia Internacional das Mulheres, o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ e o Dia Internacional da Luta contra a Deficiência, através de campanhas em trens, estações e redes sociais.

No campo da Governança, destaco o lançamento de novo do programa de compliance e de novo código de ética, seguidos de treinamento de 100% de nossos colaboradores. Em relação ao meio ambiente, iniciamos projetos de eficiência energética, como a substituição das lâmpadas fluorescentes, incandescentes e metálicas por modelos LED, mais eficientes e duráveis, em cinco estações e no Centro Administrativo, com mais de 8 mil lâmpadas substituídas. Está em andamento também projeto de aumento da eficiência energética da ventilação primária das estações, que resultará em redução de 30% no consumo de energia.

Em 2022, registramos um crescimento de 63,2% em nossa receita líquida em comparação ao ano anterior. Pudemos comemorar também um aumento de 238,4% no lucro líquido em relação a 2021. Apesar de haver uma pressão inflacionária nos custos, nossa capacidade de adaptação e controle nos permitiu registrar um EBITDA de R\$ 518,2 milhões, considerando a recuperação de passageiros e a solidez regulatória do nosso ativo, com o reajuste previsto da tarifa e o pagamento do ressarcimento emergencial referente ao ano de 2020.

A dívida líquida da Companhia foi reduzida em 17,4% devido ao melhor resultado operacional e geração de caixa no período. Estamos plenamente em dia com as garantias da 9ª emissão de debêntures, com preenchimento da conta pagamento e conta reserva com fiança bancária constituída.

Olhando para o futuro, vislumbramos uma recuperação ainda mais forte em 2023, com a consolidação do retorno das atividades econômicas e novos avanços regulatórios. Continuaremos a atuar incansavelmente em proposição de debates acerca de políticas públicas que tornem o transporte público ainda melhor para a população.

Nossa equipe está comprometida em continuar investindo em tecnologia e inovação para oferecer um serviço cada vez mais moderno e eficiente. Trabalhamos para sempre melhorar nosso nível de serviço aos passageiros, além de investir em iniciativas técnicas e de comunicação para reforço da segurança. Também estamos empenhados em manter um diálogo constante com nossos clientes, para entender suas necessidades e sugestões.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os colaboradores do MetrôRio, que trabalharam incansavelmente durante todo o ano para manter a qualidade do serviço prestado. Agradecemos também a confiança dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

acionistas e demais stakeholders, e reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a excelência na gestão da companhia.

Guilherme Ramalho
Presidente MetrôRio

DESTAQUES 2022

Oitavo Termo Aditivo

Celebração do 8º Termo Aditivo no valor de R\$ 327,7 milhões referente ao ressarcimento emergencial de 2022.

Nono Termo Aditivo

Celebração do 9º Termo Aditivo no valor de R\$ 109,5 milhões referente ao desconto de R\$ 0,30 na tarifa regulatória durante dois anos e contabilização de R\$ 35,4 milhões como receita tarifária do quatro trimestre.

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Realizada em junho de 2022, aprovou a substituição da conta reserva por fiança bancária.

Índice de Qualidade de Serviços (IQS)

Atingiu 8,7 em 2022, a maior marca histórica.

Aumento de passageiros transportados

39,8% de aumento de passageiros transportados nas linhas 1, 2 e 4 quando comparados os anos de 2021 e 2022, marcando a retomada da demanda.

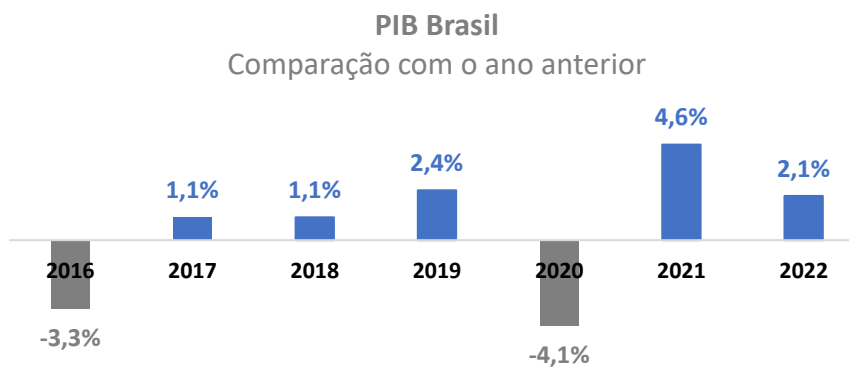
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS

CONTEXTO ECONÔMICO

A correlação positiva entre a demanda por transporte público e os indicadores macroeconômicos traz boas perspectivas para o mercado em 2023. Com a continuidade da retomada econômica prevista para este ano, a expectativa é que haja uma crescente demanda por transporte público, seja para viagens de trabalho, estudo, lazer, saúde ou compras.

O PIB do Brasil, que teve uma queda em 2020 devido à pandemia, apresentou recuperação em 2021 e 2022 e tem projeção de crescimento para 2023, segundo a MCM Consultores. Isso demonstra que o país e a região estão em um processo de retomada, o que impacta diretamente na demanda por transporte público.



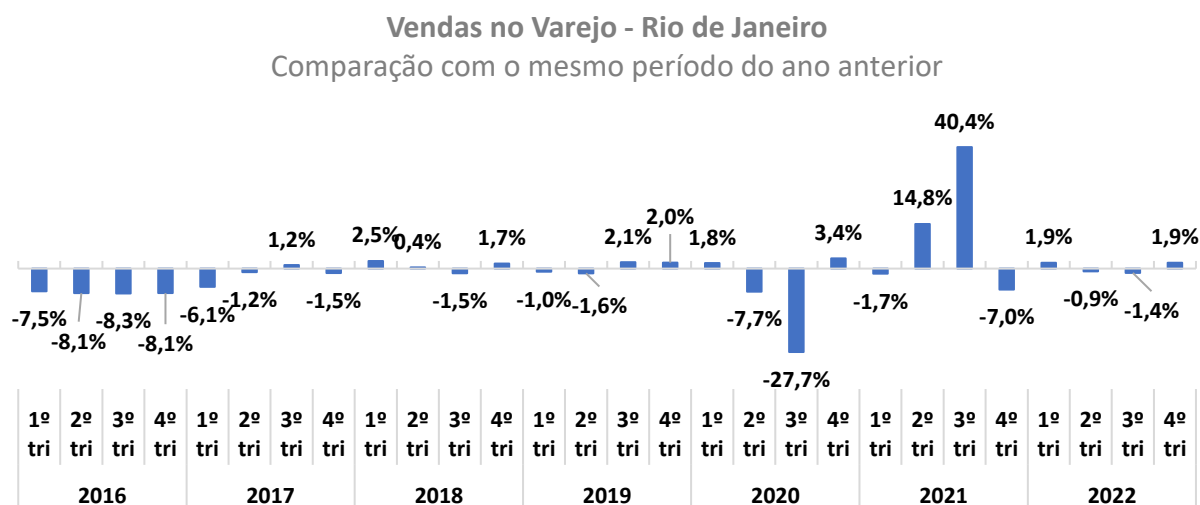
Fonte: 2016 a 2021; IBGE (Contas Nacionais Trimestrais) / 2022; MCM Consultores

Ao analisar o cenário econômico do Rio de Janeiro, pode-se observar três indicadores que se destacam e evidenciam o grande potencial da região: as vendas no varejo, a população ocupada e o rendimento médio. O varejo é um importante termômetro para medir a movimentação na região, especialmente considerando que metade das estações estão situadas em áreas comerciais de grande movimentação, como o Centro, Tijuca e Zona Sul. As vendas no varejo devem acompanhar a tendência de recuperação do PIB, após a grande queda em 2020 e a recuperação em 2021 e 2022. Além disso, a população ocupada na região também está em crescimento, indicando uma evolução dos empregos e um aumento da renda média, o que, conseqüentemente, eleva o poder de compra da população. Tudo isso sinaliza um cenário altamente positivo para o transporte público no Rio de Janeiro, que se beneficia diretamente do aquecimento econômico da região.

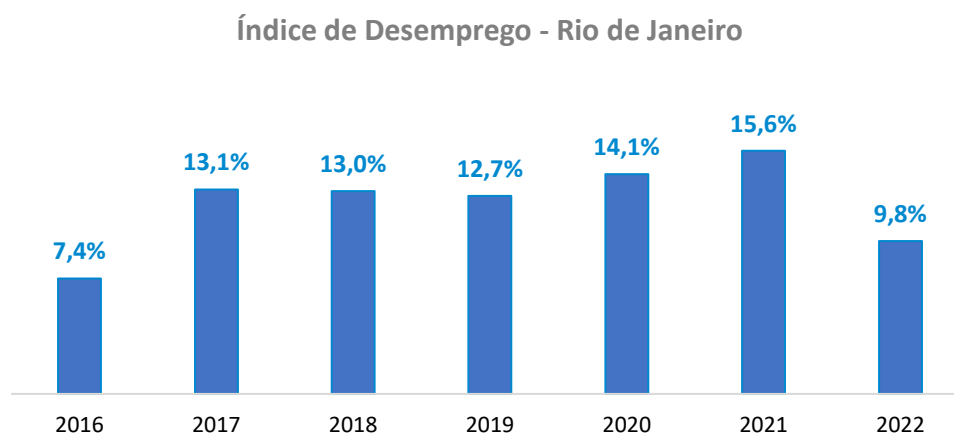
É fundamental considerar que a queda no rendimento médio pode ser temporária e que a recuperação econômica tende a melhorar essa situação nos próximos anos. É importante destacar que, apesar dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desafios, o mercado de mobilidade apresenta oportunidades e possibilidades de crescimento, especialmente com a sinalização de introdução de políticas públicas por parte do Estado.



Fonte: 2016 a 2022 2º trimestre; PMC/IBGE / 2022 3º e 4º trimestres; MCM Consultores (projeção)



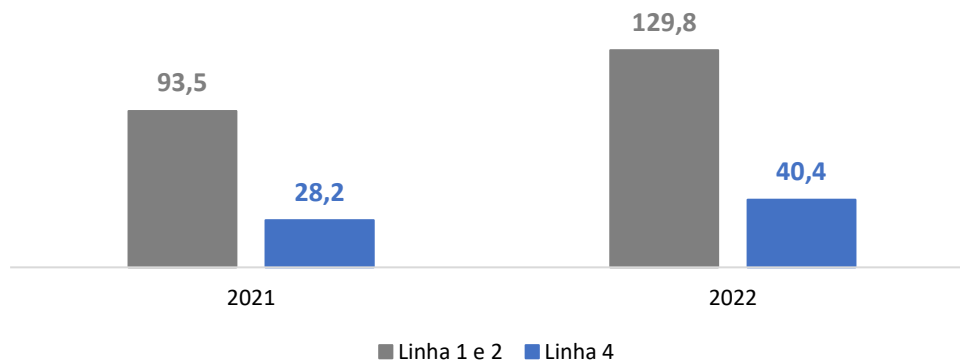
<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/08/municipio-do-rio-volta-a-ter-desemprego-em-um-digito-apos-seis-anos.ghtml>

RESULTADOS OPERACIONAIS

Após dois anos o uso de máscaras deixou de ser obrigatório na cidade em março de 2022 devido ao aumento da cobertura vacinal que gerou um maior controle da pandemia impulsionando a movimentação de pessoas na cidade, seja no retorno aos locais de trabalho além da retomada de grandes eventos na cidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Pax Transportados por Linhas



RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

Receita (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Receitas Tarifárias	757,6	456,4	66,0%
Receitas Não Tarifárias	63,4	49,3	28,5%
Receita Bruta	821,0	505,7	62,3%
Deduções da Receita Bruta	(24,9)	(17,8)	39,8%
Receita Líquida	796,1	487,9	63,2%
Outras Receitas	296,7	2,7	10.699,9%
Receita Total	1.092,8	490,6	122,7%

O aumento concentrou-se na receita tarifária, em consequência do incremento do número de passageiros pagantes em 38,5% e do reajuste de 12% em 2022 que elevou a tarifa praticada. As receitas acessórias também apresentaram crescimento devido ao aumento da demanda, que ocasionaram o maior faturamento nos contratos de mídia, somado ao menor volume de descontos praticados nos aluguéis de espaços comerciais.

As outras receitas em 2022 se deram principalmente devido à contabilização do ressarcimento emergencial de 2020 no valor de R\$ 286,1 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Pessoal	(230,4)	(208,4)	10,5%
Conservação & Manutenção	(93,3)	(89,7)	4,0%
Operacionais	(184,1)	(132,8)	38,6%
Despesas Administrativas	(59,2)	(43,6)	35,7%
PDD / Contingências	(7,6)	(35,0)	(78,2%)
Depreciação & Amortização	(100,9)	(80,3)	25,8%
Custos & Despesas Operacionais	(675,5)	(589,8)	14,5%

- **Pessoal:** houve reajuste decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho (“ACT”) que extraordinariamente no ano de 2021 o ACT foi concluído com atraso no mês de dezembro de 2021 (reajuste da ordem de 4% 2021), aliado ao ACT de 2022 que ocorreu dentro do próprio ano de 12%. Assim, o custo de pessoal de 2022, quando comparados com o mesmo período de 2021, apresenta impacto de dois anos consecutivos.
- **Conservação e Manutenção:** apesar do aumento da demanda e impacto da inflação no ano, os custos de conservação e manutenção mantiveram-se em linha com os valores de 2021.
- **Operacionais:** a demanda de passageiros no período influenciou o aumento na disponibilidade dos ativos operacionais, e que contribuem para um maior consumo de energia dentre outros. Adicionalmente, os contratos de energia elétrica do MetrôRio são corrigidos pelo IGP-M, que terminou em 5,45% acumulado em 2022, e a decisão governamental de prolongar o uso de usinas termelétricas que resultou em encargos adicionais procedentes da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) totalizaram R\$ 11 milhões (vs R\$ 7 milhões em 2021).
- **Despesas Administrativas:** composto por despesas com vendas, serviços de terceiros e consultoria/auditoria. Com o fim da pandemia e volta à normalidade as despesas acompanharam o aumento da demanda no período.
- **PDD/Contingências:** em 2021 foram reconhecidas provisões decorrentes de encargos trabalhistas referente ao processo nº 0001028-44.2011.5.01.0008 relacionados ao sindicato dos metroviários nos quais a companhia é parte envolvida.
- **Depreciação e Amortização:** aumento decorrente da recuperação de demanda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Lucro (Prejuízo) do período	300,6	(217,2)	238,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	130,5	226,4	(42,3%)
(+) IRPJ & CSLL	(13,9)	(108,4)	87,2%
(+) Depreciação & Amortização	100,9	80,3	25,8%
EBITDA Instrução CVM Nº 527/12	518,2	(18,9)	2.842,3%
Receita Líquida	796,1	487,9	63,2%
Margem EBITDA (%)	65,1%	(3,9%)	69,0 p.p.

A Companhia registrou um EBITDA positivo de R\$ 518,2 milhões em 2022, aumento de 2.842,3% comparado ao mesmo período anterior. A margem EBITDA apresentou variação positiva de 69,0 pontos percentuais em relação a 2021, atingindo 65,1%. Essa melhora decorre do: (i) aumento no número de passageiros e eficiência no controle de custos e despesas; (ii) ressarcimento emergencial pelo Poder Concedente no valor total contabilizado de R\$ 286,1 milhões; e (iii) contabilização de R\$ 35,4 milhões como receita tarifária no quarto trimestre, referente ao período de abril de 2022 a dezembro de 2022 decorrente da assinatura do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“9º TACC”).

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Receitas Financeiras	74,7	12,1	518,0%
Despesas Financeiras	(205,2)	(238,5)	(14,0%)
Resultado Financeiro	(130,5)	(226,4)	(42,3%)

O Resultado Financeiro Líquido foi impactado principalmente pelo: (i) aumento das receitas financeiras devido ao maior saldo de caixa aplicado; (ii) variação monetária do ressarcimento emergencial de 2020 no valor de R\$41,7 milhões; e (iii) redução das despesas financeiras em 2022 quando comparado à 2021 devido a variação menor do IPCA ao ano.

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	300,6	(217,2)	238,4%

A Companhia registrou um lucro de R\$ 300,6 milhões, revertendo o resultado negativo de R\$ 217,2 milhões. Essa melhora é decorrente principalmente aos reconhecimentos do 8º Termo Aditivo e do 9º Termo Aditivo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ENDIVIDAMENTO**

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Dívida Bruta	1.498,0	1.313,1	14,1%
Curto Prazo	204,7	-	-
Longo Prazo	1.293,3	1.313,1	(1,5%)
Disponibilidades	452,7	47,0	863,2%
Caixa e equivalentes de caixa	204,2	47,0	334,5%
Aplicações Financeiras	248,5	-	-
Dívida Líquida	1.045,3	1.266,1	(17,4%)

*Últimos 12 meses

A Dívida Bruta do MetrôRio subiu 7,9% em 2022 devido a 9ª emissão de debêntures no valor total de R\$1,2 bilhão, com vencimento em 2031. Essa dívida é atualizada pelo IPCA, acrescida de juros de 7,0857% a.a. e ainda está em período de carência, portanto, sem pagamento de juros principal. Contudo, a dívida líquida da Companhia foi reduzida em 17,4% devido ao melhor resultado operacional e geração de caixa no período. A Companhia está em pleno cumprimento das garantias com a 9ª emissão de debentures, com preenchimento da conta pagamento no valor de R\$ 77,8 milhões e conta reserva com fiança bancária constituída no valor de R\$ 77,8 milhões até o mês de dezembro de 2022.

INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	2022	2021	▲
Adição ao Imobilizado	2,5	1,2	108,3%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	26,4	28,9	(96,6%)
Investimentos na Concessão	85,7	100,6	(9,0%)
Total Investido	114,6	130,7	(9,9%)

Em relação ao período de 2022 podemos destacar os investimentos em aquisição de peças sobressalentes, benfeitorias em máquinas e equipamentos e equipamentos de operação e infraestrutura, com objetivo de manutenção e confiabilidade da operação. Dentre os projetos mais relevantes, podemos destacar: revitalização das abóbadas do Centro de Manutenção, substituição de trilhos e dormentes na via permanente, substituição dos sistemas de detecção de incêndio das estações das linhas 1 e 2, substituição do banco de baterias, com o objetivo de manter a energia de ativos críticos da operação, programa de segurança NR-35 e investimentos no ERP-SAP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESG

GOVERNANÇA

Composição Acionária MetrôRio



Órgãos de Governança

Os papéis e responsabilidades de cada órgão de estrutura de governança são definidos no Estatuto Social da Companhia. Saiba mais sobre o Estatuto, consultando o documento em nosso site de RI: <http://ri.metrorio.com.br/>



Destaques em 2022

- Desenvolvimento do Novo Código de Ética – com o intuito de estabelecer regras claras sobre temas diversos da Companhia, o Código de Ética do MetrôRio foi atualizado, levando seu conteúdo a todos os colaboradores através de um treinamento online pela plataforma interna de Educação Corporativa;
- Canal de Ética – operado por uma empresa terceirizada, especializada e independente, garantindo ainda mais confidencialidade e segurança, foi disponibilizado o Canal de Ética a todos os

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

colaboradores e ao público geral, através do endereço eletrônico <http://www.canalconfidencial.com.br/metrorio>, ou pelo telefone 0800-721-0715;

- Criação do Programa de Compliance – foi estruturada um conjunto de políticas com o objetivo de nortear as ações da equipe de Compliance e dos demais colaboradores;
- Análise de Integridade de Fornecedores – reestabelecendo a análise de integridade para todos os contratos vigentes da Companhia. Durante o ano de 2022 foram analisados 335 contratos, representando 100% dos contratos ativos, num total de 3.959 dados;
- Gerenciamento de Riscos Estratégicos – foi dado prosseguimento às análises dos planos de ações mitigatórios da matriz efetivada em 2021, além de redesenharmos a já mencionada Política de Gerenciamento de Riscos, estabelecendo parâmetros para a atualização desta mesma matriz a partir de 2023;
- Os Controles Internos da Companhia são avaliados por Auditoria independente, onde não foram identificadas deficiências materiais. A partir do ano de 2023, uma estrutura interna passará a auxiliar na avaliação destes controles, melhorando a qualidade dos procedimentos internos do MetrôRio;
- Segurança da Informação – destacam-se ações como melhorias no monitoramento e vigilância cibernética com maior gama de indicadores, a atualização de normativos internos de segurança da informação e as contratações de novo modelo de atendimento e suporte de segurança cibernética e de análise de lacunas de processos e práticas de segurança;
- Em relação à privacidade de dados dentre as principais práticas da empresa podem ser citadas a gestão das questões relativas à Privacidade de Dados Pessoais por DPO (*Data Protection Officer*), Comitê LGPD multidisciplinar e Suporte jurídico especializado no tema bem como o Monitoramento contínuo das atividades das áreas corporativas, com registro de operações de tratamento de dados pessoais, com a correta divulgação das declarações de privacidade e adequação dos processos de acordo com a legislação.

SOCIAL

Em seus mais de 55 Km de extensão, as linhas do metrô passam por bairros com diferentes estruturas e perfis socioeconômicos. O MetrôRio busca manter relacionamento estreito com as comunidades próximas às estações, contribuindo para o desenvolvimento destas localidades, estimulando o empreendedorismo e a cidadania da população, e desenvolvendo iniciativas focadas em cultura, educação, esporte e meio ambiente – principalmente através de projetos incentivados pela Lei do ISS.

Internamente, a Companhia investe em ações para aumento de engajamento e satisfação dos colaboradores, por meio de políticas de desenvolvimento e reconhecimento, benefícios, treinamentos, celebração, qualidade de vida e transparência, em um ambiente com forte cultura de orgulho em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pertencer e na prestação de serviços eficientes e atendimento humanizado, baseado no espírito de servir, respeito e diversidade.

A pauta de diversidade e Inclusão é prioridade na companhia, o que levou à criação do Programa de Diversidade, em 2017, que vem desenvolvendo uma série de iniciativas para equidade de gênero, raça, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

Destaques em 2022

- **10 mil pessoas** impactadas direta ou indiretamente por projetos patrocinados via Lei do ISS;
- **750 crianças e jovens** beneficiados através dos eventos de Dia das Crianças, Natal e campeonato de futebol;
- **310 líderes comunitários** envolvidos em fóruns de debates promovidos pelo MetrôRio;
- **180 crianças** de comunidades no entorno das estações convidadas para o evento Estação Alegria;
- **700 gratuidades concedidas** a jovens em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover o acesso à cultura, lazer e a eventos estratégicos para cidade do Rio de Janeiro;
- **129 cestas de Natal** doadas para moradores de comunidades no entorno das estações;
- **100% das estações e trens** do MetrôRio acessíveis;
- **152 aparelhos de mobilidade** entre tapetes, elevadores, plataformas verticais e plataformas inclinadas;
- Estação Alegria, Rede Comunitária, Estação da Bola, Dia das Crianças, Natal da Pavuna e Congresso Nacional “Rio, uma Cidade Antirracistas” foram algumas das **ações de diálogo e desenvolvimento territorial** promovidos pelo MetrôRio;
- **Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor** com temas educativos (carro das mulheres, assento preferencial, não se sentar no chão dos trens, combate à importunação sexual), de segurança (não ultrapasse a faixa amarela e não tente pegar objetos na via) e de saúde (incentivo à população na vacinação de COVID-19, parceria com o HemoRio e parceria com a Maratona do Rio);
- **2.156** funcionários;
- **43** estagiários;
- **60** jovens aprendizes;
- **40%** de vagas preenchidas através de recrutamento interno;
- **Campanha #TMJ – Todo Metrô Junto** com o objetivo de disseminar internamente os valores e melhoras práticas da companhia;
- **1.649** colaboradores treinados;
- Campanhas internas de **saúde e segurança no trabalho** para mitigação de riscos em ambientes de trabalho (Regras de Ouro), para prevenção de acidentes de trabalho (SIPAT) e de vacinação, cuidados com a COVID-19, prevenção ao câncer, maio amarelo de programa de doenças crônicas;
- **758** colaboradores vacinados;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **177** colaboradores mapeados no Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas;
- **487** atendimentos de nutrição disponíveis para os colaboradores;
- **2.360** aulas de Ginastica Laboral;
- **Ações de diversidade, equidade e inclusão** nas estações e trens como Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, Consciência Negra, Glossário de Diversidade, Mentoria para Negras e Negros e Empoderamento Feminino.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, o MetrôRio, principal Companhia do Grupo, monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção do MetrôRio através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Transportando centenas de milhares de pessoas pela cidade todos os dias, contribui para a diminuição da circulação de veículos movidos a base de combustíveis fósseis, cuja queima geraria emissão de gases de efeito estufa e aquecimento global, principalmente gás carbônico. Com menos congestionamentos, as cidades são beneficiadas não somente com menor poluição do ar, mas também menos poluição sonora, causada pelo barulho dos motores.

Buscando melhoria contínua na utilização responsável dos recursos, o MetrôRio realiza uma série de iniciativas voltadas à sustentabilidade. Projetos de eficiência energética, gestão responsável de resíduos e prevenção da poluição estão entre seus principais compromissos, bem como a busca contínua pela redução dos impactos gerados para o ambiente e a sensibilização do público.

Destaques em 2022:

- **100%** da energia elétrica utilizada pelo MetrôRio provém de fontes renováveis;
- **254.493 MWh** consumo total de energia do MetrôRio;
- **41%** de fluentes industriais tratados;
- **2.982 m³** de reaproveitamento dos fluentes industriais tratados;
- Implantação de **aferição de consumo de água** em tempo real no Centro Administrativo e no Centro de Manutenção;
- Estudo para **implantação de projeto de captação de água de chuva** no Centro de Manutenção;
- Implantação do **sistema de tratamento e recirculação de águas** das oficinas do Centro de Manutenção;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ampliação da **rede de reutilização de água de reuso** para lavagem dos trens, peças e oficinas;
- **61%** taxa de reutilização de resíduos gerados;
- **950** toneladas de resíduos vendidos (sucatas e bens inservíveis);
- Projeto para **redução de material** particulado em blocos de ventilação;
- **Substituição dos transformadores e capacitores** a óleo Ascarel, com previsão de conclusão até 2025;
- **Inclusão da pauta de Meio Ambiente** na palestra de integração para novos colaboradores;
- Elaboração das **matrizes de aspectos e impactos ambientais** dos processos de manutenção;
- Inclusão da **pauta ambiental** nas reuniões trimestrais do Comitê de Saúde e Segurança;
- Ativação durante o Rock in Rio com lançamento da calculadora de pegada de carbono;
- Início da implantação de projeto de **substituição de lâmpadas fluorescentes, incandescentes e metálicas das estações**, áreas administrativas e demais espaços do MetrôRio por modelos LED, com maior vida útil e eficiência, até o fim de 2022 foram realizadas a troca em **5 estações** com mais de **8 mil lâmpadas** substituídas;
- Preparação do projeto de aumento da eficiência energética da ventilação primária das estações, com proposição de substituição dos motores por modelos mais eficientes. Esta troca prevê uma **redução de 30% no consumo de energia**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E PLANOS

Após um ano desafiador, com a pandemia de Covid-19 impactando negativamente diversos setores, o MetrôRio está presenciando uma retomada significativa na demanda de passageiros. Com a liberação do uso de máscaras em março de 2022, houve um salto na quantidade de embarques, ultrapassando a marca de 600 mil por dia, demonstrando uma clara volta à normalidade represada pela pandemia.

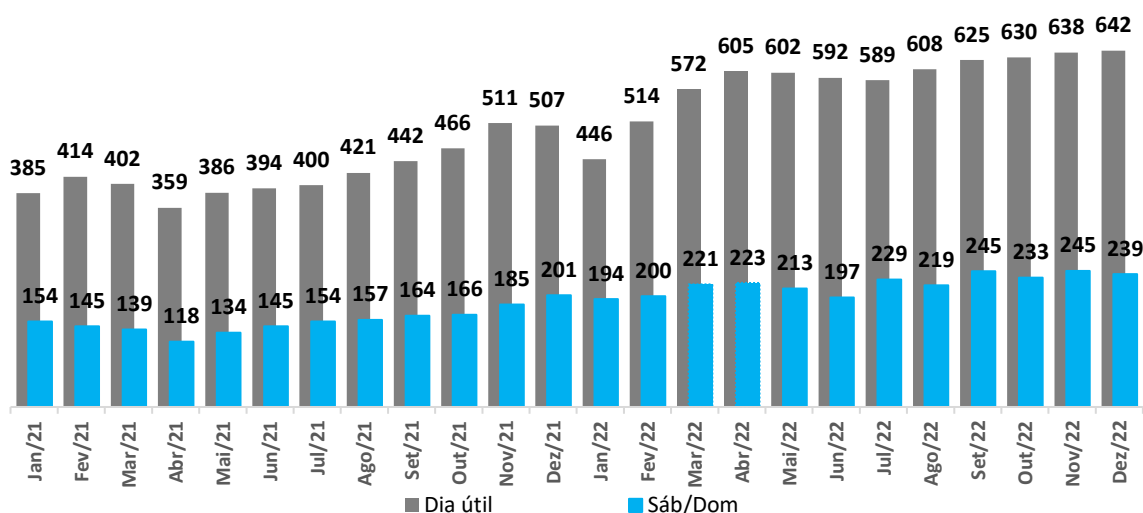
As políticas públicas possuem papel importante na mobilidade urbana. Em 2023, existe a perspectiva da implementação da tarifa social, reduzindo a tarifa praticada para tornar o metrô ainda mais acessível e competitivo. Ademais, existe a expectativa do recebimento ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus referente a 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essas ações de subsídio tarifário e políticas públicas podem consolidar a recuperação da demanda e a continuidade de investimento para melhoria das operações.

O MetrôRio está preparado para atender essa crescente demanda e continuar oferecendo um transporte público de qualidade e seguro para os cariocas. O aquecimento da economia, com a criação de novos postos de trabalho e o crescimento das vendas do comércio, sugerem uma retomada do transporte público em 2023, com o MetrôRio sendo parte fundamental desse processo.

Trajectoria de Recuperação (em milhares)



AUDITORES INDEPENDENTES

O MetrôRio utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 24 de junho de 2020. No exercício encerrado em dezembro de 2022, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023,

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Equipe de Relação com Investidores

Daniel Azevedo

Carlos Sanches

Larissa Berto



dri@metrorio.com.br



+55 21 3211-6300



<http://ri.metrorio.com.br/>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANEXOS

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Receita Bruta	821,0	505,7	62,3%
Receitas Tarifária	757,6	456,4	66,0%
Receitas Acessórias	63,4	49,3	28,5%
Deduções	(24,9)	(17,8)	39,8%
Receita Líquida	796,1	487,9	63,2%
Custos & Despesas	(675,5)	(589,8)	15,2%
Pessoal	(230,4)	(208,4)	10,5%
Conservação & Manutenção	(93,3)	(89,7)	4,0%
Operacionais	(184,1)	(132,8)	38,6%
Despesas Administrativas	(59,2)	(43,6)	35,7%
PDD / Contingências	(7,6)	(35,0)	(78,2%)
Depreciação & Amortização	(100,9)	(80,3)	25,8%
Outras Receitas / Despesas	296,7	2,7	10.699,9%
RESULTADO OPERACIONAL	417,2	(99,2)	520,8%
Resultado Financeiro Líquido	(130,5)	(226,4)	(42,3%)
Receitas Financeiras	74,7	12,1	518,0%
Despesas Financeiras	(205,2)	(238,5)	(14,0%)
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	286,7	(325,6)	188,1%
IR & CSL	13,2	108,4	(87,2%)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	300,6	(217,2)	238,4%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Ativo (em R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	204,2	47,0	334,5%
Aplicações financeiras	167,9	-	-
Contas a receber	127,1	13,2	860,0%
Estoques	72,2	74,6	(3,2%)
Tributos a recuperar	4,5	4,1	8,9%
Adiantamentos	31,0	12,8	143,1%
Partes relacionadas	2,4	0,0	12.447,4%
Outros	0,0	0,0	(5,4%)
Total do Circulante	609,5	151,8	301,4%
Ativo não Circulante			
Aplicações financeiras	-	1,0	(100%)
Contas a receber	13,1	10,1	30,1%
Tributos a recuperar	1,1	1,0	11,0%
IR e contribuição social diferidos	276,6	262,7	5,3%
Partes relacionadas	-	0,0	(100,0%)
Depósitos judiciais	20,8	36,5	(43,0%)
Imobilizado	33,0	40,6	(18,7%)
Intangível	2.080,6	2.086,0	(0,3%)
Total do Não Circulante	2.425,2	2.438,1	(0,5%)
TOTAL DO ATIVO	3.034,7	2.589,9	17,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Passivo (em R\$ Milhões)	2022	2021	▲
Passivo Circulante			
Fornecedores	86,0	104,1	(17,4%)
Debêntures	204,7	-	-
Tributos a recolher	4,3	3,2	35,3%
Obrigações com empregados e administradores	36,1	37,6	(4,1%)
Receita diferida	57,7	-	-
Adiantamentos de clientes	9,6	24,4	(60,5%)
Partes relacionadas	0,1	-	-
Outros	1,4	-	-
Total do Circulante	399,9	169,3	136,2%
Passivo Não Circulante			
Debêntures	1.212,7	1.313,1	(7,6%)
Impostos a recolher	0,2	0,4	(54,8%)
Concessão de serviço público	16,1	19,5	(17,5%)
Provisão para riscos processuais	71,5	69,2	3,4%
Receita diferida	18,1	2,0	823,0%
Outros	3,2	4,1	(22,0%)
Total do Não Circulante	1.321,9	1.408,4	(6,1%)
Patrimônio Líquido			
Capital social	1.458,9	1.458,9	0,0%
Prejuízos acumulados	(146,1)	(446,7)	(67,3%)
Total do Patrimônio Líquido	1.312,8	1.012,2	29,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.034,7	2.589,9	17,2%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO
RIO DE JANEIRO S.A.**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes.....	3
Balanco patrimonial.....	9
Demonstração dos resultados.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos resultados abrangentes.....	13
Demonstração dos fluxos de caixa.....	14
Demonstração do valor adicionado.....	15
1 Informações gerais.....	16
2 Principais políticas contábeis.....	18
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	26
4 Aplicações financeiras.....	26
5 Contas a receber.....	27
6 Estoques.....	28
7 Impostos, taxas e contribuições.....	28
8 Adiantamentos.....	31
9 Partes relacionadas.....	31
10 Obrigação com empregados e administradores.....	31
11 Imobilizado.....	32
12 Intangível.....	33
13 Fornecedores.....	34
14 Debêntures.....	35
15 Concessão de serviço público.....	37
16 Receita diferida.....	38
17 Adiantamentos de clientes.....	39
18 Provisões para riscos processuais.....	39
19 Patrimônio líquido.....	41
20 Receitas, custos e despesas por natureza.....	42
21 Custos e despesas por natureza.....	43
22 Resultado financeiro.....	43
23 Resultado por ação.....	44
24 Seguros (Não auditados).....	44
25 Compromissos e responsabilidades.....	45
26 Instrumentos financeiros.....	46
27 Transações não caixa.....	48
28 Evento subsequente.....	49

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO** (“MetrôRio” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Descrição do PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade,

Descrição do PAA

impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

quando aplicável, dessas atividades de controles;

(iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x n° de passageiros pagantes).

(iv) Procedimento de confirmação externa junto à instituição que é responsável por controlar as cargas de bilhete único.

(v) Procedimentos de confirmação externa junto às empresas responsáveis pelo transporte de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Realização de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social

Descrição do PAA

A Companhia mantém registrados tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no ativo não circulante. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) a avaliação da realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos diferidos, envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização dessa realização.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) entendemos e testamos o plano de negócios utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;

(ii) realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizadas pela Administração para determinar as bases tributárias futuras;

(iii) comparamos as premissas do plano de negócios com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como com informações dessas projeções com os resultados apresentados pela Companhia em anos anteriores à pandemia da Covid 19;

(iv) analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores; e

Descrição do PAA**Intangível de concessão****Descrição do PAA**

Conforme descrito na nota 12, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método da projeção da curva de demanda para o cálculo da amortização do ativo intangível.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

(iii) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- (v) efetuamos o recálculo dos créditos tributários comparando com as bases fiscais a fim de determinarmos a sua adequação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento do crédito tributário diferido, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realizamos procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) efetuamos procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) efetuamos, em bases amostrais, inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) analisamos a avaliação da Companhia em relação a existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão;
- (v) realizamos procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão, considerando a utilização do método da curva de demanda por parte da Companhia.; e
- (vi) analisamos se as políticas contábeis aplicadas pela Companhia estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	204.245	47.004
Aplicações financeiras	4	167.924	-
Contas a receber	5	127.091	13.239
Estoques	6	72.225	74.634
Tributos a recuperar	7(a)	4.514	4.145
Adiantamentos	8	31.032	12.764
Partes relacionadas	9	2.384	19
Outros		35	37
Total do ativo circulante		609.450	151.842
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	-	1.036
Contas a receber	5	13.086	10.056
Tributos a recuperar	7(a)	1.092	984
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(b)	276.639	262.732
Partes relacionadas	9	-	30
Depósitos judiciais	18(e)	20.811	36.483
Imobilizado	11	33.019	40.638
Intangível	12	2.080.593	2.086.099
Total do ativo não circulante		2.425.240	2.438.058
Total do ativo		3.034.690	2.589.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Balço patrimonial****Em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)****(continuação)**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	86.016	104.123
Debêntures	14	204.747	-
Tributos a recolher	7(c)	4.317	3.190
Obrigações com empregados e administradores	10	36.051	37.603
Receita diferida	16	57.695	-
Adiantamentos de clientes	17	9.638	24.408
Partes relacionadas	9	50	-
Outros		1.424	-
Total do passivo circulante		399.938	169.324
Não circulante			
Debêntures	14	1.212.725	1.313.123
Tributos a recolher	7(c)	187	414
Concessão de serviço público	15	16.110	19.533
Provisão para riscos processuais	18	71.534	69.194
Receita diferida	16	18.146	1.966
Outras contas a pagar		3.234	4.146
Total do passivo não circulante		1.321.936	1.408.376
Patrimônio líquido			
Capital social	19(a)	1.458.916	1.458.916
Prejuízos acumulados		(146.099)	(446.716)
Total do patrimônio líquido		1.312.817	1.012.200
Total do passivo e patrimônio líquido		3.034.690	2.589.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas Explicativas

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	796.079	487.870
Custo dos serviços prestados	21	<u>(526.240)</u>	<u>(448.112)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>269.839</u>	<u>39.758</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(149.266)	(141.663)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	<u>296.674</u>	<u>2.747</u>
Resultado operacional		<u>417.247</u>	<u>(99.158)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	74.670	12.083
Despesas financeiras	22	<u>(205.207)</u>	<u>(238.491)</u>
Total		<u>(130.537)</u>	<u>(226.408)</u>
		<u>286.710</u>	<u>(325.566)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(d)	<u>13.907</u>	<u>108.400</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>13.907</u>	<u>108.400</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>300.617</u>	<u>(217.166)</u>
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)		1.613.694	1.613.694
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	23	<u>0,186</u>	<u>(0,135)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
Notas Explicativas
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.344.160	23.000	(229.550)	1.137.610
Aumento de capital	91.756	-	-	91.756
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.000	(23.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(217.166)	(217.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.458.916	-	(446.716)	1.012.200
Lucro líquido do exercício	-	-	300.617	300.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.458.916	-	(146.099)	1.312.817

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Demonstração dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	300.617	(217.166)
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>300.617</u>	<u>(217.166)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Demonstração dos fluxos de caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuição		286.710	(325.566)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	11 e 12	100.933	80.262
Baixa de imobilizado e intangível	11 e 12	26.871	30.926
(Reversão) provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5	(3.084)	806
Variações monetárias e encargos, líquidos	22	189.946	239.292
(Reversão) provisão para riscos processuais	18	(780)	34.956
Resultado do exercício ajustado			
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(113.798)	(3.403)
Estoques	6	2.409	4.417
Tributos a recuperar	7	(477)	9.695
Depósitos judiciais	18(e)	15.672	(9.489)
Adiantamentos	17	(18.268)	3.918
Parte relacionada	9	(2.334)	51
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(15.660)	2.808
Obrigações com empregados e administradores	10	(1.552)	16.334
Tributos a recolher	7	900	1.605
Receita diferida		73.875	-
Adiantamentos de clientes	17	(14.770)	2.601
Parte relacionada	9	50	(91.156)
Obrigações com poder concedente	15	(4.712)	-
Outras contas a pagar		513	716
Caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividade operacionais		522.443	(1.227)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(2.586)	(2.438)
Aquisição de intangível	12	(114.540)	(133.228)
Aplicações financeiras		(247.438)	78.655
Caixa líquido gerado pelas (Aplicados nas) atividades de investimento		(364.564)	(57.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	91.756
Dividendos convertidos em capital	14	-	(2.557)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	1.200.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	-	(1.073.370)
Custo de captação	14	(638)	(77.566)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	(48.508)
Caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividades de financiamento		(638)	89.755
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		157.241	31.517
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	47.004	15.487
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	204.245	47.004
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		157.241	31.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Demonstração do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		1.110.552	523.237
Prestação de serviços	20	820.973	505.681
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(3.084)	(769)
Outras receitas	20(a)	292.663	18.325
Insumos adquiridos de terceiros		(327.875)	(297.633)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(325.679)	(293.783)
Outros custos		(2.196)	(3.850)
Valor adicionado bruto		782.677	225.604
Retenções		(100.933)	(80.262)
Depreciação e amortização	11 e 12	(100.933)	(80.262)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		681.744	145.342
Valor adicionado recebido em transferência		74.670	12.083
Receitas financeiras	22	74.670	12.083
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		756.414	157.425
Total do valor adicionado a distribuir		756.414	157.425
Distribuição do valor adicionado		756.414	157.425
Pessoal e encargos		208.089	186.917
Remuneração direta		137.275	122.746
Benefícios		57.951	53.991
FGTS		11.342	8.798
Outros		1.521	1.382
Impostos, taxas e contribuições		39.630	(69.032)
Federais		20.200	(80.647)
Estaduais		4.088	2.256
Municipais		15.342	9.359
Remuneração capital de terceiros		208.078	256.706
Juros		188.661	211.270
Aluguéis		2.760	1.880
Outras		16.657	43.556
Remuneração de capital próprio		300.617	(217.166)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		300.617	(217.166)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANS e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Sempre que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão venha a ser alterado, quer em razão da ocorrência de processo inflacionário, quer em virtude de imprevistas mudanças de condições de mercado ou de custos, o valor das tarifas previsto na Cláusula Sexta será reajustado ou revisado.

O Poder Concedente reajustará o valor das tarifas anualmente, a partir do primeiro dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 meses anteriores.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

A Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que previu a redução significativa da dívida da Invepar envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo.

I - Transferência da totalidade das ações de emissão da Hmobi Participações S.A. (“Hmobi”): em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de 3 debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP (“IAV FIP”);

II - Aumento do capital da Hmobi mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“Funcef”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“Petros”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“PREVI”);

III - Transferência das Ações do MetrôRio em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da Hmobi, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da Hmobi; e a Hmobi passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio.

Em 17 de dezembro de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – (“AGETRANSP”), através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente ao período de março a dezembro de 2020, conforme solicitação formalizada em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), o “Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “8º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos: (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. (ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente; e (iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 26 de dezembro de 2022, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”), o “Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros” (“Contrato de Concessão” e “9º Aditivo”, respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial será pago em 4 parcelas, a serem pagas entre os meses de março à junho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 209.512 (R\$ 17.482 negativo, em 31 de dezembro de 2021).

2 Principais políticas contábeis

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards-IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.2. Novas normas e pronunciamentos ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente as transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável, vide estimativas contábeis relevantes na nota 2.19.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) -Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 –Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida eram amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada até o exercício social de 2020, no entanto, no exercício social corrente foi revisto o método de amortização, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para melhor refletir o padrão de benefício econômico dos ativos.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 152 participantes.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados como intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) –Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.18. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	11.080	17.759
Aplicações financeiras	193.165	29.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>204.245</u>	<u>47.004</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 100,87% do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

4 Aplicações financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	<u>167.924</u>	<u>1.036</u>
Total aplicações financeiras	<u>167.924</u>	<u>1.036</u>
Circulante	167.924	-
Não circulante	-	1.036

A rentabilidade destas aplicações é em média 104,25% do CDI e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)****5 Contas a receber****5.1 - Contas a receber, líquidas**

	31/12/2022	31/12/2021
Recebíveis do GERJ (a)	109.504	-
Recebíveis do GERJ (b)	33.617	29.325
Recebíveis do GERJ (c)	22.568	16.497
Vendas de passagens (d)	14.057	9.580
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	7.143	8.249
Outros	473	3.745
Total do contas a receber	187.362	67.396
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(33.617)	(29.325)
Perdas de créditos esperadas - Governo do Rio de Janeiro (c)	(9.510)	(9.510)
Perdas de créditos esperadas – Locação de espaço físico (e)	(4.058)	(5.266)
Total da PECLD	(47.185)	(44.101)
Total do Contas a Receber, líquidas	140.177	23.295
Circulante	127.091	13.239
Não circulante	13.086	10.056

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Valor a receber referente ao 9º termo aditivo, vide nota explicativa 1.
- (b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós;
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.
- (d) Receita de passagens a receber;
- (e) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5.2 – Aging do contas a receber

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
A vencer	127.372	-	11.788	-
Vencidos				
Até 3 meses	2.849	(30)	846	(4)
De 3 a 6 meses	3.002	(41)	344	(9)
Acima de 6 meses	54.139	(47.114)	54.418	(44.088)
Total	187.362	(47.185)	67.396	(44.101)

5.3 – Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(44.101)	(43.295)
Adições	(4.719)	(1.545)
Reversões	1.635	739
Saldo no fim do exercício	(47.185)	(44.101)

6 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	72.225	73.904
Importação em andamento	-	730
Total	72.225	74.634

7 Impostos, taxas e contribuições**(a) Tributos a recuperar**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social (a)	4.971	4.303
Outros	635	826
Total	5.606	5.129
Circulante	4.514	4.145
Não circulante	1.092	984

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

(a) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	186.281	158.629
Base negativa da contribuição social	67.467	57.328
Provisão para riscos processuais	22.624	23.526
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.043	14.994
Provisões fornecedores – Diferenças temporais	5.306	5.544
Amortização do ágio abril a novembro de 2009	3.963	4.223
Participação nos lucros e resultado (PLR)	3.731	2.887
Outros	2.134	1.904
Total do ativo fiscal diferido	307.549	269.035
Amortização curva de demanda	(24.572)	-
Amortização do direito de concessão	(4.354)	(4.643)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Outros diferidos passivos	(324)	-
Total do passivo fiscal diferido	(30.910)	(6.303)
Total	276.639	262.732

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e para o exercício de 2022 concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando a recuperação da economia e fim da pandemia do COVID-19 (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,00% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 5,25% para 2022 e de 3,24% para o longo prazo.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativo de contribuição social e diferenças temporárias.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	31/12/2022
2023	1.160
2024	19.858
2025	28.483
2026	34.815
2027 até 2037	385.893
Total das projeções de realização do ativo fiscal diferido	470.209
Total dos ativos fiscais diferidos	307.549

(c) Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	2.142	1.040
IRRF e CSRF	383	406
PIS e COFINS	686	854
INSS sobre terceiros	615	243
Taxa AGETRANSP	491	617
INSS CPRB	-	247
Outros	187	197
Total	4.504	3.604
Circulante	4.317	3.190
Não circulante	187	414

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro /(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	286.710	(325.566)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(97.481)	110.692
Exclusões / (adições) permanentes	111.388	(2.292)
Total dos impostos no resultado	13.907	108.400

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8 Adiantamentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguros (*)	23.339	10.029
Fornecedores	4.095	913
Pessoal	<u>3.598</u>	<u>1.822</u>
	<u>31.032</u>	<u>12.764</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022, o incremento do saldo em relação ao exercício anterior se deve, principalmente, à renovação do seguro de Riscos Operacionais e Responsabilidade Cível. Vide nota explicativa nº 24.

9 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum são divulgadas nas demonstrações financeiras.

Composição

			31/12/2022	
			Ativo	Passivo
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Circulante
HMOBI	Gastos compartilhados	Controladora	2.384	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	-	50
Total			<u>2.384</u>	<u>50</u>

			31/12/2021		
			Ativo	Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Receita/ (Despesa)
HMOBI	Gastos compartilhados	Controladora	19	-	19
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	-	30	-
Total			<u>19</u>	<u>30</u>	<u>19</u>

10 Obrigação com empregados e administradores

A obrigação com empregados e administradores demonstrada no quadro a seguir:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	29.865	32.031
Encargos	<u>6.186</u>	<u>5.572</u>
Total	<u>36.051</u>	<u>37.603</u>

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)****Remuneração dos administradores**

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	3.234	2.128
Bônus	2.052	1.389
Encargos	574	538
Outros benefícios	716	388
Benefício pós emprego	-	122
Total	6.576	4.565

Em 29 de abril de 2022 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.661.

11 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Custo						
Máquinas e equipamentos	13	70.591	1.040	(36)	16	71.611
Móveis e utensílios	10	14.767	310	(45)	-	15.032
Veículos	20	817	-	-	-	817
Equipamentos de informática	20	30.566	1.194	(65)	28	31.723
Imobilizado em andamento		829	-	-	-	829
		117.570	2.544	(146)	44	120.012
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(46.651)	(5.787)	30	2	(52.406)
Móveis e utensílios		(9.340)	(1.254)	43	-	(10.551)
Veículos		(500)	(88)	-	-	(588)
Equipamentos de informática		(20.441)	(3.068)	65	(4)	(23.448)
		(76.932)	(10.197)	137	(2)	(86.994)
Imobilizado líquido		40.638	(7.653)	(8)	42	33.019

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Custo						
Máquinas e equipamentos	13	69.424	876	(173)	464	70.591
Móveis e utensílios	10	14.657	40	(171)	241	14.767
Veículos	20	973	-	(156)	-	817
Equipamentos de informática	20	29.978	68	(218)	738	30.566
Imobilizado em andamento		829	241	-	(241)	829
		115.861	1.225	(718)	1.202	117.570
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(40.883)	(5.929)	150	11	(46.651)
Móveis e utensílios		(8.233)	(1.235)	128	-	(9.340)

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Veículos	(568)	(88)	156	-	(500)
Equipamentos de informática	(16.917)	(3.739)	215	-	(20.441)
	(66.601)	(10.991)	649	11	(76.932)
Imobilizado líquido	49.260	(9.766)	(69)	1.213	40.638

12 Intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Custo					
Software	38.353	141	-	786	39.280
Direito de concessão (a)	1.666.684	139	-	(29)	1.666.794
Investimento na concessão (b) (*)	1.899.029	85.587	(26.964)	46.451	2.004.103
Intangível em andamento	49.245	26.226	-	(47.252)	28.219
Outros	14	-	-	-	14
	3.653.325	112.093	(26.964)	(44)	3.738.410
Amortização acumulada					
Software	(24.350)	(646)	-	-	(24.996)
Direito de concessão	(786.496)	(41.962)	-	2	(828.456)
Investimento na concessão	(756.380)	(48.128)	143	-	(804.365)
	(1.567.226)	(90.736)	143	2	(1.657.817)
Intangível líquido	2.086.099	21.357	(26.821)	(42)	2.080.593

(*) Consumo de peças sobressalentes para operação.

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Custo					
Software	35.295	2.939	(2)	121	38.353
Direito de concessão (a)	1.668.009	-	(2)	(1.323)	1.666.684
Investimento na concessão (b) (*)	1.809.025	100.555	(29.684)	19.133	1.899.029
Intangível em andamento	42.432	25.946	-	(19.133)	49.245
Outros	14	-	-	-	14
	3.554.775	129.440	(29.688)	(1.202)	3.653.325
Amortização acumulada					
Software	(23.913)	(439)	2	-	(24.350)
Direito de concessão	(752.362)	(34.124)	1	(11)	(786.496)
Investimento na concessão	(721.711)	(34.709)	40	-	(756.380)
	(1.497.986)	(69.272)	43	(11)	(1.567.226)
Intangível líquido	2.056.789	60.168	(29.645)	(1.213)	2.086.099

(*) Consumo de peças sobressalentes para operação.

(a) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga Principal R\$ 311.389 e Outorga Suplementar R\$ 162.940 (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b", Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme detalhado na Nota explicativa 15, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

(b) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

Prazo de amortização

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, caso haja indicativo negativo de recuperabilidade, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Para o exercício social de 2022, devido à recuperação de resultado, mesmo desconsiderando os efeitos do ressarcimento emergencial, além do aumento no fluxo de caixa e expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia concluiu que não há indicativos de *impairment* de ativos.

13 Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	84.332	103.631
Fornecedores internacionais	<u>1.684</u>	<u>492</u>
Total	86.016	104.123

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	31/12/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
9ª Debênture	IPCA	7,09%	15/12/2031	208.676	1.371.420	1.580.096	1.394.559
Custo de captação				(3.929)	(78.145)	(82.074)	(81.436)
Aplicação vinculada				-	(80.550)	(80.550)	-
Total				204.747	1.212.725	1.417.472	1.313.123

Segue abaixo a movimentação das debêntures:

	31/12/2021	Adições		Custo de captação	Aplicação vinculada	Transferência	31/12/2022
		Juros	Varição monetária				
Passivo circulante							
9ª Debênture	-	-	-	-	-	208.676	208.676
Custos de captação	-	-	-	-	-	(3.929)	(3.929)
Passivo não circulante							
9ª Debênture	1.394.559	109.313	76.224	-	-	(208.676)	1.371.420
Custos de captação	(81.436)	-	-	(638)	-	3.929	(78.145)
Aplicação vinculada	-	-	-	-	(80.550)	-	(80.550)
Total	1.313.123	109.313	76.224	(638)	(80.550)	-	1.417.472

	31/12/2020	Adições			Amortização				31/12/2021
		Captação	Juros	Varição Monetária	Principal	Juros	Custo de captação	Transferência	
Passivo circulante									
BNDDES III									
Subcrédito "A"	29.281	-	887	-	(111.341)	(1.122)	-	82.295	-
Subcrédito "C"	16.961	-	502	-	(62.965)	(673)	-	46.175	-
CEF	213.775	-	2.304	-	(213.247)	(2.832)	-	-	-
Banco do Brasil	18.011	-	130	-	(18.000)	(141)	-	-	-
Custos de captação	(54)	-	-	-	-	-	119	(65)	-
Debêntures									
Debênture - LAMSA	93.280	-	3.128	-	(89.249)	(7.159)	-	-	-
Debênture 1	582.191	-	4.390	-	(550.000)	(36.581)	-	-	-
Debênture 2	-	-	28.568	-	(28.568)	-	-	-	-
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	-	(4.424)	8.175	-
Subtotal	949.694	-	39.909	-	(1.073.370)	(48.508)	(4.305)	136.580	-
Não circulante									
Empréstimos									
BNDDES III									
Subcrédito "A"	82.295	-	-	-	-	-	-	(82.295)	-

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Subcrédito "C"	46.175	-	-	-	-	-	-	(46.175)	-
Custos de captação	(65)	-	-	-	-	-	-	65	-
Debêntures									-
9ª Debênture	-	1.200.000	81.975	112.584	-	-	-	-	1.394.559
Custos de captação	-	-	-	-	-	(73.261)	(8.175)	(81.436)	
Subtotal	128.405	1.200.000	81.975	112.584	-	-	(73.261)	(136.580)	1.313.123
Total geral	1.078.099	1.200.000	121.884	112.584	(1.073.370)	(48.508)	(77.566)	-	1.313.123

Composição dos pagamentos das debêntures por ano de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>
2023	208.676
2024	118.177
2025	124.179
2026	154.177
2027 em diante	974.887
	<u>1.580.096</u>
Custo de captação	(82.074)
Aplicação vinculada	(80.550)
	<u>1.417.472</u>

Debêntures

Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral.

O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023.

As debêntures têm prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2031. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ao ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as dívidas do MetrôRio as quais financiaram os investimentos na concessão, reembolso de gastos e despesas.

Em 1º de junho de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) a anuência para substituição, exclusivamente durante o período de junho de 2022 a 15 de dezembro de 2023, da transferência de recursos da conta centralizadora para a conta reserva através da aplicação vinculada junto às instituições financeiras de primeira linha com rating AAA.

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 9ª emissão de debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) redução do capital social ou recompra de ações, sem a anuência dos Debenturistas; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus acionistas até 31 de dezembro de 2024 (inclusive), exceto se houver o preenchimento da conta reserva com recursos da Companhia. Após essa data é permitido o pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus Acionistas se estiver adimplente com as obrigações previstas na Escritura de Emissão e o ICSD seja maior ou igual a 1,30; e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023, e a data de vencimento, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") deverá ser igual ou superior a 1,2, calculado anualmente com base nas Demonstrações financeiras.

Avaliação de Rating

Em 23 de junho de 2022, a Fitch Ratings afirmou, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' da 9ª emissão de debêntures do MetrôRio. A revisão da Perspectiva do rating foi de Negativa para Positiva, e reflete o aumento da liquidez do MetrôRio após o ressarcimento pelo poder concedente, que indenizou a concessionária pelos efeitos da pandemia de coronavírus, referentes ao período de março a dezembro de 2020. Também reflete a recuperação do tráfego, o qual está em linha com o cenário de rating da Fitch.

Em 24 de agosto de 2022, a S&P Global Ratings elevou os ratings de 'brAA' para 'brAA+', na escala Nacional, atribuídos ao MetrôRio e à sua 9ª emissão de debêntures. A perspectiva estável, reforça uma trajetória de recuperação da demanda, posição da liquidez fortalecida, dentre outros fatores.

15 Concessão de serviço público

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	<u>16.110</u>	<u>19.533</u>
	<u>16.110</u>	<u>19.533</u>

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

O montante de R\$ 16.110 (R\$ 19.533 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação da concessão:

	31/12/2021	Atualização monetária	Reversão	31/12/2022
Outorga (a)	19.533	1.289	(4.712)	16.110
Não circulante	19.533	1.289	(4.712)	16.110

	31/12/2020	Atualização monetária	31/12/2021
Outorga (a)	17.219	2.314	19.533
Não circulante	17.219	2.314	19.533

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis.

16 Receita diferida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita diferida – 9º Termo aditivo	74.077	-
Outras	1.764	1966
	75.841	1.966
Circulante	57.695	-
Não circulante	18.146	1.966
Total	75.841	1.966

Receita diferida referente ao 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente a parcela ainda não incorrida dos anos de 2023 e 2024, vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

17 Adiantamentos de clientes**Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes (a)	3.419	15.474
Serviço a prestar – Giro (b)	3.349	4.191
Serviço a prestar (c)	2.395	2.957
Receitas antecipadas	475	414
Outros	-	1.372
Total	9.638	24.408

- a) Receita acessória com aluguel de espaços físicos e publicitários;
b) Venda de cartões pré-pagos do metrô do Rio de Janeiro;
c) Vendas de bilhetes unitários.

18 Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (a)	41.637	41.741
Tributários (b)	23.496	22.458
Cíveis (c)	6.367	4.865
Outros	34	130
Total	71.534	69.194

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas	41.741	11.755	(2.828)	(10.933)	1.902	41.637
Tributários	22.458	3.480	-	(3.349)	907	23.496
Cíveis	4.865	6.040	(2.471)	(2.376)	309	6.367
Outros	130	-	-	(98)	2	34
Total	69.194	21.275	(5.299)	(16.756)	3.120	71.534

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	13.493	30.457	(3.148)	939	41.741
Tributários	13.622	7.913	-	923	22.458
Cíveis	4.281	559	(592)	617	4.865
Outros	332	2	(235)	31	130
Total	31.728	38.931	(3.975)	2.510	69.194

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.2011.5.01.0008 ocorrida em 2021 gerou adição nas causas trabalhistas, devido a ação plurima movida pelo Sindicato – SIMERJ relativo à discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, com valor atualizado no montante de R\$ 28.147.

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 93.257, sendo R\$ 59.642 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 97.831 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 46.139 processos sucessórios).

(b) Riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 11.714 (R\$ 52.783 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 67.330 (R\$ 58.105 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais MetrôRio e Metrobarra. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao MetrôRio e locação de material rodante da Metrobarra. Em janeiro de 2021, MetrôRio e Metrobarra tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. MetrôRio informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do MetrôRio. Quanto ao ato de improbidade, MetrôRio entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor do pedido de danos morais coletivos foi de R\$ 120.000, mas, considerando que a ação envolve obrigação de fazer, cuja monetização não é possível de ser mensurada na fase processual atual, bem como possui 23 réus, não é possível estimar o valor do risco por agente envolvido na demanda. Este processo possui prognóstico possível.

(d) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 33.089 (R\$ 28.524 em 31 de dezembro de 2021).

(e) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos judiciais - embargos de terceiros*	18.658	12.575
Depósitos recursais	<u>2.152</u>	<u>23.908</u>
	<u>20.810</u>	<u>36.483</u>

<u>Depósitos judiciais</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursais	23.908	961	(18.004)	2.057	8.922
Embargos de terceiros	12.575	2.828	(5.131)	1.617	11.889
Total	<u>36.483</u>	<u>3.789</u>	<u>(23.135)</u>	<u>3.674</u>	<u>20.811</u>

*Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 18.658 (R\$ 12.575 em 31 de dezembro de 2021).

19 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 28.305.093 novas ações ordinárias, integralizadas mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 23.000.

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 91.827, mediante a emissão de 138.490.140 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 1.458.916, dividido em 1.613.694.012 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

20 Receitas, custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita tarifária	757.589	456.360
Receitas acessórias	63.384	49.322
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(24.894)</u>	<u>(17.812)</u>
Receita de serviços líquidas	<u>796.079</u>	<u>487.870</u>
Receitas regulatórias (*)	286.068	-
Outras receitas	<u>10.606</u>	<u>2.747</u>
Outras receitas	<u>296.674</u>	<u>2.747</u>
Total de receitas	<u><u>1.092.753</u></u>	<u><u>490.617</u></u>

(*) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA (vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1).

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)****21 Custos e despesas por natureza**

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(230.350)	(208.398)
Energia elétrica	(137.698)	(101.615)
Depreciação e amortização	(100.933)	(80.262)
Conservação e manutenção	(93.302)	(89.671)
Suporte e manutenção informática	(16.668)	(8.881)
Baixa de depósitos judiciais	(15.829)	(1.525)
Despesas gerais	(14.580)	(10.063)
Seguros e garantias	(11.983)	(10.862)
Serviços de terceiros PJ	(8.182)	(5.523)
Provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão/PECLD	(7.603)	(34.956)
Terceirização de frotas	(7.210)	(4.775)
Serviços Fetranspor	(7.164)	(4.559)
Auditoria, assessorias e consultorias	(5.321)	(5.592)
Água e esgoto	(5.212)	(3.837)
Segurança viária / patrimonial	(3.921)	(4.462)
Assessoria Jurídica	(3.912)	(5.419)
Comunicação, marketing e publicidade	(2.245)	(2.559)
Aluguéis	(1.311)	(1.006)
Despesas legais e judiciais	(770)	(2.008)
Associações de classes	(682)	(1.154)
Serviço médico e ambulatorial	(632)	(2.648)
	(675.506)	(589.775)
Custo de serviços prestados	(526.240)	(448.112)
Despesas gerais e administrativas	(149.266)	(141.663)
	(675.506)	(589.775)

22 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Varição monetária ativa (*)	46.695	6.505
Juros sobre aplicações financeiras	27.831	5.289
Variações cambiais ativas	-	216
Juros ativos	144	73
Total receitas financeiras	74.670	12.083
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(109.313)	(93.316)
Varição monetária passiva	(83.520)	(117.408)
Comissões e despesas bancárias	(2.020)	(12.979)
Variações cambiais passivas	(574)	(415)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(3.942)
Outros	(9.780)	(10.431)
Total despesas financeiras	(205.207)	(238.491)
Total resultado financeiro	(130.537)	(226.408)

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

(*) Contém a atualização monetária referente ao ressarcimento emergencial, no montante de R\$ 41.679 decorrente da deliberação AGETRANSP nº 1.218/2021, conforme descrito na Nota Explicativa 1.

23 Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	300.617	(217.166)
Denominador (em milhares de ações) média ponderada de número de ações ordinárias	1.613.694	1.613.694
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	0,186	(0,135)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2022, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

24 Seguros (Não auditados)

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2022, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	60.000	01/08/2022	01/02/2024	SWISS RE
RISCOS OPERACIONAIS	307.000	01/08/2022	01/02/2024	TOKIO
TRANSPORTE INTERNACIONAL	U\$ 3,000	28/02/2022	28/02/2023	SURA
TRANSPORTE NACIONAL	4.000	28/02/2022	28/02/2023	SURA
AUTOMÓVEIS	TABELA FIPE 110%	24/08/2022	24/08/2023	PORTO SEGURO
DIRECTORS & OFFICERS	40.000	08/11/2022	08/11/2023	BERKLEY
GARANTIA JUDICIAL	2.486	23/07/2021	23/07/2024	BMG
GARANTIA JUDICIAL	1.892	02/08/2020	17/08/2025	EZZE
GARANTIA JUDICIAL	5	01/07/2021	01/02/2024	FAIRFAX
GARANTIA JUDICIAL	195.108	06/02/2020	13/06/2027	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	262	05/02/2021	24/03/2024	JNS

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

GARANTIA JUDICIAL	39.173	28/02/2019	12/12/2027	POTENCIAL
-------------------	--------	------------	------------	-----------

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25 Compromissos e responsabilidades

O MetrôRio possui um contrato vigente de fornecimento de energia elétrica firmado com a Rio Paraná Energia S.A. (empresa do grupo CTG Brasil) no ambiente livre de contratação. Esse contrato visa abastecer o consumo de energia elétrica das Linhas 1, 2 e 4 durante o período de 01/08/2021 a 31/12/2022 e tem o valor de R\$ 54.026.

Além desse contrato, foram celebrados na mesma data de 06/08/2020:

(i) outro contrato de fornecimento de energia elétrica, porém firmado com a Rio Parapanema Energia S.A. (empresa também do grupo CTG Brasil) para atendimento das Linhas 1, 2 e 4, com período de suprimento de 01/01/2023 a 31/12/2024;

(ii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 26 de janeiro de 2009 com a Rio Parapanema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo das Linhas 1 e 2 durante o período de 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024;

(iii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 09 de maio de 2016 com a Rio Parapanema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo da Linha 4 durante o período de 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o Metrobarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

Modicidade tarifária

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém o valor de R\$ 55.078 para fins de fiscalização do Estado em relação a obrigação relacionada à Modicidade tarifária, para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

26 Instrumentos financeiros

(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	204.245	-	47.004	-
Aplicações financeiras	167.924	-	1.036	-
Contas a receber	-	140.177	-	23.295
Partes relacionadas	-	2.384	-	-
Total do ativo	372.169	142.561	48.040	23.295
Passivos				
Fornecedores	-	86.016	-	104.123
Debêntures	-	1.417.472	-	1.313.123
Concessão de serviço público	-	16.110	-	19.533
Obrigações com empregados e administradores	-	36.051	-	37.603
Total do passivo	-	1.555.649	-	1.474.382

(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

(f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	12,25%	9,19%	6,13%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,36%	6,70%	8,04%

Fonte: IBGE e B3 em 31 de dezembro de 2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	193.165	23.663	17.752	11.841
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	167.924	20.571	15.432	10.284
Total		361.089	44.234	33.184	22.125

Notas Explicativas**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Empresa	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
9ª Debênture	IPCA	1.580.096	84.693	105.866	127.040
Aplicação financeira vinculada (*)	DI	(80.550)	(9.867)	(7.403)	(4.938)
Total		1.499.546	74.826	98.463	122.102

(*) Registradas no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

(g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	1.417.472	1.313.123
Caixa e equivalentes de caixa	(204.245)	(47.004)
Aplicações financeiras	(167.924)	(1.036)
Dívida líquida	1.045.303	1.265.083
Patrimônio líquido	1.312.817	1.012.200
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.358.120	2.277.283

(h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2022	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Debêntures	204.747	1.007.114	205.611	1.417.472
Fornecedores	86.016	-	-	86.016
Concessão de serviço público	-	16.110	-	16.110

27 Transações não caixa

A Companhia apresentou as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	2.447	3.790

Notas Explicativas

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

28 Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, tal decisão não se aplica às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

* * * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO (“MetrôRio” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Descrição do PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento. Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;

(ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;

(iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes).

(iv) Procedimento de confirmação externa junto à instituição que é responsável por controlar as cargas de bilhete único.

(v) Procedimentos de confirmação externa junto às empresas responsáveis pelo transporte de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Realização de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social

Descrição do PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A Companhia mantém registrados tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no ativo não circulante. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) a avaliação da realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos diferidos, envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização dessa realização. Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) entendemos e testamos o plano de negócios utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;

(ii) realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizadas pela Administração para determinar as bases tributárias futuras;

(iii) comparamos as premissas do plano de negócios com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como com informações dessas projeções com os resultados apresentados pela Companhia em anos anteriores à pandemia da Covid 19;

(iv) analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores; e

(v) efetuamos o recálculo dos créditos tributários comparando com as bases fiscais a fim de determinarmos a sua adequação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento do crédito tributário diferido, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Intangível de concessão

Descrição do PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Conforme descrito na nota 12, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método da projeção da curva de demanda para o cálculo da amortização do ativo intangível.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

(iii) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes. Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) realizamos procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;

(ii) efetuamos procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;

(iii) efetuamos, em bases amostrais, inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;

(iv) analisamos a avaliação da Companhia em relação a existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão;

(v) realizamos procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão, considerando a utilização do método da curva de demanda por parte da Companhia.; e

(vi) analisamos se as políticas contábeis aplicadas pela Companhia estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras..

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

? avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

? concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

? avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Mazars Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2023, referente às Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA